

A Influência da Igreja Católica nas Políticas Urbanas nas Minas Gerais

Ronaldo Henrique Giovanini Rocha

rhgiovanini@ig.com.br

Mestrando/Ciências da Religião

PUC-MG

GP Igreja Católica no Brasil

O tema proposto procura discutir o papel da Igreja no processo de desenvolvimento urbano nas minas setecentistas levando-se em consideração as diferenças econômicas, sociais e geográficas que motivaram o aparecimento das vilas mineiras. Confrontando diversos pesquisadores e consultando documentação presente em museus, arquivos e órgãos oficiais, discutiremos como a diversidade social e a configuração do espaço urbano foram influenciados de maneira direta ou indiretamente pela Igreja.

A opção em concentrar esta pesquisa na esfera eclesiástica, apóia-se na já consagrada influência da Igreja nos assuntos do Estado ao longo de sua existência. A compreensão da experiência religiosa e seu papel na formação da sociedade é fundamental no processo de análise do fenômeno religioso. Essa política de colaboração já era defendida por Santo Agostinho no início do século V com base nos textos de Santo Ambrósio a respeito da decadência do Império Romano: “ *O Império, enfraquecido, necessita da Igreja* ”.¹

A manutenção de tal poder ao longo da evolução da civilização ocidental pode ser observada nas letras históricas do período colonial brasileiro. Ao escolher as primeiras vilas mineiras como objeto de estudo, encontraremos rico material de pesquisa demonstrando que, mesmo após a separação do Estado da Igreja nos assuntos políticos (e isso só ocorre em 1889), a herança religiosa continuou muito forte. Os estudos sobre a fundação das cidades brasileiras, a despeito da ênfase dada aos motivos econômicos e/ou políticos, revelam que, em quase sua totalidade, após a construção das primeiras aglomerações, era erigida uma capela e, a partir daí

¹ RIBEIRO, Daniel Valle. A Igreja Nascente em face do Estado Romano. In: SOUZA, José Antônio C. R., (Org) – *O Reino e o Sacerdócio – O Pensamento Político na Alta Idade Média* – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1985. p.19.

começava-se desenhar um precário planejamento urbano. De uma maneira ou de outra, tais vilas nasceram a partir dessas edificações. Senão vejamos:

*“Cláudio Manuel da Costa, Cônego Trindade e Salomão de Vasconcelos apresentam o Coronel Salvador Fernandes Furtado como descobridor e fundador do arraial do Ribeirão do Carmo. Aí teria descoberto o ribeirão aurífero exatamente no dia 16 de julho de 1696, dia de Nossa Senhora do Carmo. E Aí teria erigido logo a capela dedicada a N. S. do Carmo, com sua imagem. Seria excesso de coincidência dar-se o descobrimento exatamente no dia da padroeira do Arraial – 16 de julho – e encontra-se a imagem dela com o descobridor”.*²

Podemos ainda verificar que mesmo nas decisões políticas havia um certo cuidado com a instituição:

*“Foi aí, no arraial de Nossa Senhora Carmo, que o Governador Antônio de Albuquerque convocou os principais moradores não só do arraial, como todo o distrito, para uma reunião, em 8 de abril de 1711, na sua residência. Comunicou-lhes sua intenção de erigir o arraial em vila, “por ser o mais capaz”, e perguntou se estavam dispostos a viver ‘sujeitos às leis e justiça de S. Majestade’ e ajudar na construção da **igreja**, da Casa da Câmara e da Cadeia, ‘como era estilo e pertencia a todas as repúblicas’. Responderam todos unanimemente (...) que estavam dispostos a concorrer, na medida das posses de cada um, para construção da **igreja** e da Câmara e Cadeia”.*³

A partir da formação dos núcleos populacionais, vemos o desenvolvimento das vilas ocorrer por diversos caminhos tendo em vista as peculiaridades econômicas e geográficas de cada região.

Em artigo publicado na Revista do Departamento de História da UFMG – Jun/1989 – a Arquiteta e Urbanista da Fundação Nacional Pró-Memória – SPHAN, Livia Romanelli d’Assunção discuti de *“que maneira as questões políticas, sociais e econômicas influenciaram na criação e desenvolvimento dos espaços urbanos típicos da época”*. Com o título *Considerações sobre a formação do Espaço Urbano Setecentista nas Minas*, a autora descreve a formação urbana de Minas Gerais a partir dos primeiros *“aglomerados humanos de caráter temporário”* até a efetiva instalação das primeiras cidades. Nesse mesmo artigo, Livia Romanelli descreve o crescimento das primeiras vilas a partir de uma motivação econômica e, por conseqüência, o desenvolvimento urbano, esclarecendo como ocorria a construção de casas, prédios públicos e instituições comerciais. Naturalmente, como já foi dito, a questão religiosa é lembrada de maneira constante, mesmo não sendo sua abordagem principal. Confirmando esse

² BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas* – Vol 1, p.100.

³ Idem, p.103

raciocínio, tomo emprestada citação de Francisco Iglesias, citado pela autora a respeito desse assunto:

*“Pode-se alegar que o comércio surgiu para atender a mineradores mas ele é que explica a concentração populacional. Ao lado do comércio, a igreja: as funções religiosas, com missas, batizados, casamentos, exéquias, festas, atraíam os povos. Alguma capela é sempre referência na origem das cidades.”*⁴

Ao lado do comércio, a Igreja teve papel preponderante para a implantação das bases de uma estrutura urbana no início do povoamento das Gerais. Com o crescimento rápido e desordenado da economia, a coroa impôs severas restrições com o intuito de conter a desordem. Nesse cenário a *“Igreja, ligada ao Estado era um instrumento de urbanização face a uma política genérica e evasiva da Coroa, em relação ao planejamento, construção ou ordenamento das cidades coloniais.”*⁵

Em tese de mestrado, Cláudia Damasceno Fonseca comenta sobre a importância e o papel da Igreja junto ao poder civil na constituição e regulamentação dos espaços Urbanos. No desenvolvimento de seu trabalho, a pesquisadora descreve o processo de urbanização das vilas coloniais explicando que nos autos de ereção das mesmas estipulava-se o local para as construções símbolos de justiça e poder do município (Câmara, Cadeia e Pelourinho) com cuidadosa lembrança para a igreja matriz.⁶ Ainda segundo ela, Mariana mereceu especial atenção traduzido em ordenamento mínimo da cidade: *“isto se deveu provavelmente pelo fato do local ser o centro religioso de Minas (...)”*.

É importante lembrar que a promoção da vila à condição de cidade em 1745 ocorre como consequência da elevação desse espaço urbano à sede do primeiro bispado de Minas.

Tão importante é a influência da Igreja no processo de urbanização que até mesmo sua ausência é motivo de referência. O professor Luiz Carlos Villalta, em artigo publicado no *Termo de Mariana: história e documentação*, comenta a ordenação das edificações urbanas de Ouro Preto quando da ampliação, em 1797, da atual praça Tiradentes chamando atenção para a ausência nesse espaço de qualquer *“edificação religiosa”*⁷. Não é por acaso que isso acontece, sua origem pode ser identificada no período medieval. Jacques Le Goff, em seu *“O Apogeu da*

⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Três Séculos de Minas*. p.12.

⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho et all. *“Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica*. p.37.

⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações*. In: LPH – revista de história, no. 7, 1997. Dep. Hist./ UFOP.

⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. *O Cenário Urbano Em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano*, 1998.

Cidade Medieval”⁸, explica que a evolução paroquial ocorre juntamente com a evolução urbana. Nesse livro constam várias reproduções de mapas de cidades daquele período, onde se destacam em abundância as construções religiosas, como igrejas e mosteiros, que são beneficiados pela localização privilegiada das cidades que ora nascem. Em uma dessas plantas, são apresentadas as paróquias de Paris, por volta do ano de 1150 que contam com um número de 12, numa época em que a população urbana estava entre quarenta e oitenta mil habitantes apenas. Noutro exemplo, a cidade de Bordeaux, na segunda metade do século XII apresenta 13 igrejas e todas colocadas estrategicamente na configuração urbana fortificada daquela época.

Para não nos afastarmos do objetivo principal desse trabalho, recorreremos à publicação portuguesa organizada por Maria Beatriz da Silva: De Cabral a Pedro I – Aspectos da Colonização Portuguesa no Brasil – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001. No artigo “A construção do Espaço Urbano do Brasil”, de Manuel C. Teixeira são demonstrados as semelhanças entre as primeiras cidades coloniais portuguesas com as cidades do período medieval:

*“Apesar das diferentes condições geográficas, bem como da distância que existe entre idênticas fases de desenvolvimento destas cidades, as suas estruturas de implantação inicial e as sucessivas fases de crescimento são idênticas”.*⁹

É importante esclarecer que, também neste artigo, o autor não defende qualquer tese a respeito da influência ou ingerência da Igreja, porém em todo o texto é demonstrada a identificação tanto dos conhecimentos urbanísticos adquiridos no período medieval quanto à presença religiosa na vida das pessoas, assim:

*“Tornava-se necessário construir rapidamente as infraestruturas urbanas (...) para a implantação de uma população. Para tal, recorria-se aos conhecimentos e à prática de urbanização mais recentes, isto é, aos traçados urbanos regulares planeados de origem medieval. (...) Nas cidades de origem portuguesa construídas no Brasil encontramos uma síntese das múltiplas referências, vernáculas e eruditas, medievais e renascentistas, que moldaram a sua estrutura e os seus espaços urbanos.”*¹⁰

Desta feita, o estudo da influência da Igreja e do fenômeno religioso no processo de urbanização no Brasil é extremamente importante e como exemplo a cidade de Mariana serve de parâmetro de estudo extremamente rico tendo em vista a vasta documentação disponível (documentos oficiais, eclesiásticos etc.) e os inúmeros trabalhos já feitos por diversos e

⁸ LE GOFF, Jacques, 1924 – *O Apogeu da Cidade Medieval*, 1992.

⁹ TEIXEIRA, Manuel C. – In SILVA, Maria Beatriz, (Org) – De Cabral a Pedro I Aspectos da Colonização Portuguesa no Brasil - Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001. p.49.

¹⁰ Idem, p.50-53

renomados pesquisadores. Ao fazermos simples exercício de observação no retrato urbano dessa e outras tantas cidades é possível elaborar indagações a partir da disposição das construções ao redor de igrejas, capelas e até mesmo cemitérios questionando forma, organização e manifestação de poder que elas representavam e representam ainda hoje como expressão da memória e do patrimônio cultural nacional.

Concluo evocando as indagações do Professor Doutor Amauri Carlos Ferreira em tese de doutorado, onde seus questionamentos alimentam a importância da discussão do papel da Igreja Católica no processo de desenvolvimento das vilas mineiras reforçando a demarcação da influência Católica junto ao Estado:

“Como compreender o modo de vida urbana na perspectiva do sagrado? Como as constelações de imagens sagradas sobre cidades no Brasil performeam um imaginário? (...) Apesar do catolicismo brasileiro diferir do Europeu, suas bases rurais e a utilização do excedente se assemelham. O padroado, cujas origens remontam ao século IV, exercia a função de proteção à religião católica, única permitida na colônia, em troca, reforçava o domínio do governo de Portugal”.